

Movimentos Sociais e Educação.

Apostando no "Velho" Paradigma e na sua Capacidade Interpretativa do "Novo."¹

Ana Lúcia E. F. Valente

A propósito da temática priorizada pelo GT Movimentos sociais e Educação - *Novos paradigmas de movimentos sociais* - torna-se indispensável, antes de procurarmos fornecer nossa contribuição ao debate, fazer um alerta sobre a possibilidade de entendimento colocada por essa proposta sem, contudo, ter sido suficientemente evidenciada. Afinal, quando se admite a presença do "novo", quase sempre delega-se para um plano secundário ou execra-se o que se considera "velho" e "ultrapassado". Seguindo essa linha de raciocínio, quando consideramos, no balanço da produção sobre movimentos sociais, especialmente nas últimas duas décadas, que o modelo teórico que norteou a maioria desses estudos foi o marxista, quer nas análises "ortodoxas", quer nas "combinadas", a conclusão pode ser preocupante. Porém, ao invés de considerarmos que, também nesse caso, foi decretado o "fim da história", ou definida, sem qualquer julgamento, a incapacidade explicativa do paradigma marxista, estamos tomando essa assertão como tentativa de promover a polêmica saudável, despida de preconceitos e pré-concepções. Sobretudo porque, em momentos como este, quando são questionados os grandes esquemas analíticos, espera-se que estejamos menos sujeitos aos "modismos" - expressos na negação de determinado paradigma e não no direito de existência de outros - e das armadilhas ideológicas que possam colocar em xeque nosso compromisso com o avanço do conhecimento.

Aproveitando a oportunidade instaurada pela "provocação", nosso objetivo neste trabalho será apontar os limites da crítica insólita e prematura, que não parece ser feita em bases justas porque não históricas, tal como é reclamado pelo próprio paradigma marxista, mas a partir de outros lugares epistemológicos. Colocada nos termos corretos do tema central desta reunião da ANPEd, nossa intenção é avaliar as perspectivas e a potencialidade desse paradigma para a compreensão dos movimentos sociais da atualidade. No interior da produção teórica marxista, a ênfase recairá sobre os conceitos enunciados por Gramsci. Naturalmente, não é desconhecido o fato de que esse autor inspirou muitas das análises sobre os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980. No entanto, a leitura que propomos dele, ainda parece ser bastante adequada e suficiente para encaminhar as análises teórico-práticas dos movimentos sociais dos anos 90. É com base nessa discussão que tentaremos defender a tese de que o "velho" paradigma, quando adequado às características históricas de um momento que, tal como outros, exige a reflexão sistemática, ainda dá conta do "novo".

Na intenção de sermos coerentes com nossa proposta, não pretendemos criticar outras perspectivas teóricas. O ensaio de "defesa" é

construído a partir de um "acerto de contas" com o próprio paradigma marxista.

Os deslizes do marxismo na produção sobre movimentos sociais

Assim como Gramsci, ao marcar as diferenças entre a filosofia da práxis, fundada nas obras de Marx, e os desvios de interpretação ou apropriação indébita de conceitos marxianos, é possível fazer o mesmo quando se avalia a produção teórica sobre movimentos sociais no Brasil, a partir deste paradigma. Sem que consideremos os diferentes matizes mas, para fins didáticos, apenas os pólos de um *continuum*, de um lado teríamos as tendências autodenominadas ortodoxas, cujo mecanicismo transmuta-se numa perspectiva positivista. Ao caírem no dogmatismo, essas tendências substituem as interpretações e construções históricas pela descrição exterior. De outro, encontramos aquelas que caem no idealismo, substituindo a história processual pela fragmentada. Tanto no que diz respeito as perspectivas "ortodoxas", quanto as ecléticas ou revisionistas, é possível apontar os problemas mais flagrantes.

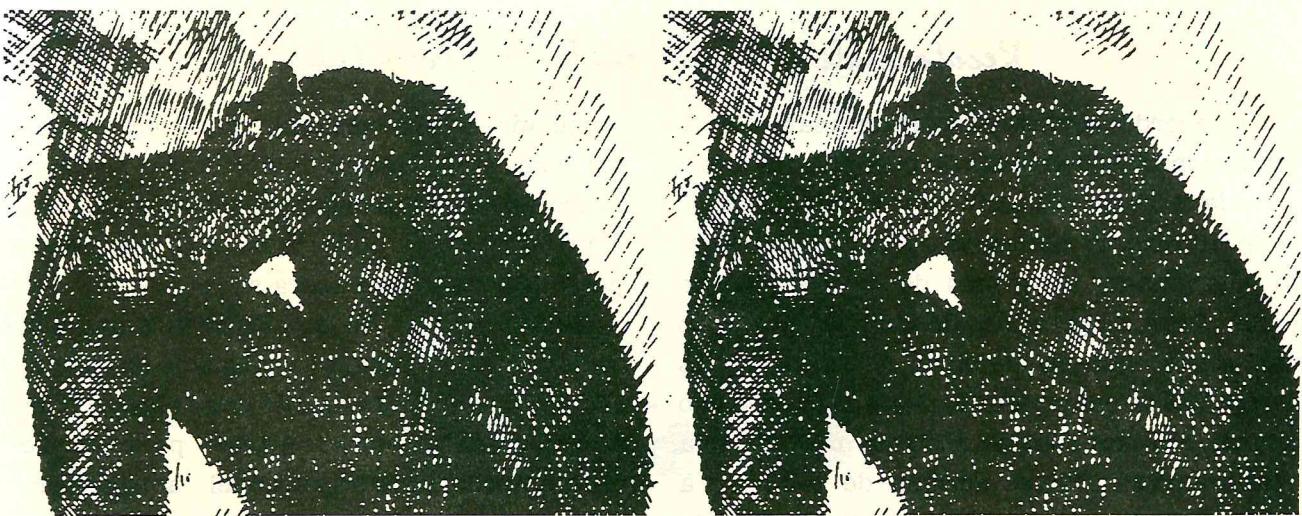
Na crítica à primeira vertente, deve-se reconhecer que as análises resultaram numa redução, como se uma concepção de mundo, inerente ao paradigma marxista, pudesse ser comparada "a um formulário mecânico, que dá impressão de poder colocar toda a história no bolso"². Os estudos que buscaram a derivação direta dos fatores econômicos nas características políticas, desconsiderando a dimensão múltipla e diversificada dos significados atribuídos às mesmas práticas humanas, fazem parte dessa vertente. Ao pretenderem explicar os movimentos sociais por determinações estruturais, sem a mediação simbólica ou sem considerar as condições subjetivas de sua existência, esbarraram em obstáculos intransponíveis.

Na crítica à segunda vertente, deve-se considerar que foi uma reação ao "economicismo"

e ao mecanicismo fatalista, expressos na primeira vertente. No entanto, representa a tentativa de liquidação do paradigma marxista pela destruição de sua base epistemológica. Contrariando a perspectiva de compreensão da história como processo contraditório, nessa tendência foi valorizada a história factual, parcial, que se realiza no plano das idéias, ressaltando as condições subjetivas da existência dos movimentos sociais, negando-se a reconhecer importância às condições objetivas de sua constituição.

Esses deslizes de interpretação têm tornado os estudos dos movimentos sociais e mesmo de outras temáticas, adversários fáceis da argumentação consequente, seja como decorrência do mecanicismo, seja da adoção das mais cômicas formas de combinações teóricas. Muitos quiseram ler nesse paradigma muito mais do que estava escrito. E, no ímpeto de buscar respostas imediatas para problemas de difícil solução, foram (ou são) presas do dogmatismo anacrônico e do ecletismo.

Combinações as mais diversas foram e são feitas a partir dessas duas vertentes, como sugerimos. Contudo, poucas análises conseguiram estabelecer o equilíbrio ou, melhor dizendo, as relações dialéticas entre as condições objetivas e subjetivas, cuja compreensão é fundamental para se proceder uma análise marxista da realidade. É essa dificuldade que se transforma em calcanhar de Aquiles de uma ou de outra das concepções-pólos indicadas. Também resulta dessa mesma limitação, um movimento pendular que se pode perceber no "tom" analítico dessas estudos, ora otimista, ora pessimista. Se considerarmos os estudos realizados a partir da década de 1970, esse aspecto da questão torna-se mais claro.



Do "velho" ao "novo": os desencontros entre prática e teoria

Os anos 70 foram um momento de efervescência política no país. "Novos personagens entraram em cena", no sentido de reivindicar melhores condições de vida, de trabalho e um maior espaço de expressão, respondendo, entre outras coisas, ao modelo econômico implantado pelos militares, caracterizado pela concentração de renda e uma conjuntura política repressiva.

Grande parte dos estudos sobre movimentos sociais expressou a crença nas possibilidades de transformação do modelo político-econômico e de criação de uma sociedade de horizonte socialista. Essa crença, segundo Ribeiro, constituiu a força e a fraqueza desses estudos. Se, de um lado, propiciou a contribuição e articulação entre diferentes aportes disciplinares, de outro lado, gerou "*a perda de compreensão dos seus significados intrínsecos e, portanto, a atribuição a estas práticas, de objetivos externos ao seu curso de intenções*".³

Talvez por um envolvimento exacerbado dos pesquisadores, por ingenuidade teórica e, certamente, pela falta de percepção das diferenças entre o cientista e o político, os conceitos analíticos da militância e mesmo conceitos pessoais incorporaram-se as análises. Isso dificultou a distinção dos fatos observados, objetos da reflexão científica, com as impressões e desejos desses pesquisadores. A consequência disso foi a atribui-

ção de significados à práticas e situações que só existiam nas cabeças tanto de militantes como dos estudiosos.

Passados os momentos de euforia, já na década de 1980, estendendo-se até hoje, quando constatou-se que não fôra possível implantar a almejada sociedade "socialista", o descrédito e o pessimismo ante essas formas de organização coletiva ganharam força nas análises. Afinal, o ideário daqueles movimentos contestatórios e reivindicativos foi apropriado pelos agentes da dominação. O entendimento de que aquelas experiências de lutas e "resistência" foram superestimadas, acabou por desembocar na avaliação de que se constituíram, elas próprias, em equívocos, ao elegerem como meta a ser atingida a transformação do poder do Estado.

Nosso entendimento da questão contraria essas interpretações. Antes acreditamos que o equívoco não estava (e não está) em eleger o Estado como alvo da transformação mas, sim, nas análises que, negando-se a compreender o movimento da história, pecaram pelo exagero de acreditar que o processo de construção de uma concepção de mundo homogênea das classes "dominadas" pudesse ser rápido, sem avanços e recuos, enfim, sem contradições⁴. Para ancorar nossa argumentação, faz-se necessário percorrer, mesmo que de maneira sucinta, à guisa de recordação, o caminho teórico da produção marxista.

Recolocando o "velho" em bases mais sólidas

De acordo com o paradigma marxista, o modo dominante através do qual organiza-se a sociedade para produzir sua sobrevivência e reprodução está intrínseca e contraditorialmente relacionado às formas de organização do poder. Para a apreensão do modo de produção capitalista, caberia dominar, entre outras, as categorias de compreensão dessa realidade não apenas em seu sentido abstrato mas em sua "concretude". Outras formas de produzir a sobrevivência que convivam com esse modo dominante e que, por isso mesmo, possuam maneiras próprias de exercício do poder, acabam sendo submetidas ao movimento imposto pelo capitalismo.

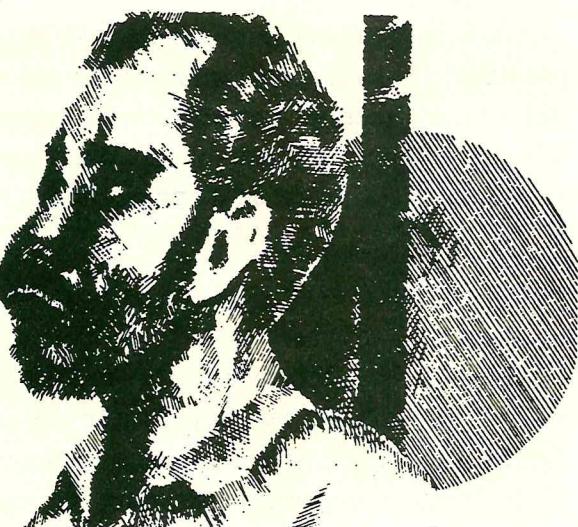
A reflexão gramsciana, por sua vez, refinou a teoria, propondo um conceito ampliado de Estado. Este, participa da superestrutura da sociedade, no entanto, para a sua compreensão, a instância infraestrutural deve ser considerada, sob o risco de perder-se a dimensão do bloco histórico que é controlado, de maneira hegemônica, por aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção. No bloco histórico, plano material e plano ideológico mantém entre si relações dialéticas e não de reflexo. Dessa maneira, não se deve imaginar que qualquer flutuação na superestrutura seja expressão imediata da infraestrutura e vice-versa.

Ainda segundo Gramsci, o Estado deve ser entendido através de duas dimensões que se distinguem apenas para fins didáticos: sociedade política e sociedade civil. Na primeira dimensão estão localizados os instrumentos repressivos da "classe dominante". É considerada a dimensão coercitiva do Estado. A segunda, é o espaço de circulação de ideologia, seja da "classe dominante", seja das "classes dominadas" - entendendo-se as ideologias como formas necessárias de expressão do real vivido e pensado - e da tentativa da primeira impor sua concepção de mundo às demais⁵. É, por isso, considerada a dimensão do consenso, mesmo que aí se explique o embate entre concepções de mundo antagônicas e o esforço das "classes

dominadas" para construir uma contra-ideologia homogênea, capaz de destruir o bloco histórico, tal como se organiza sob o capitalismo, e inaugurar um novo bloco que marcaria a passagem para uma outra situação.

Nesses termos, se considerarmos que a sociedade civil é o espaço privilegiado de construção da concepção de mundo das "classes dominadas", que esse espaço precisa ser reorganizado, após a previsível "apropriação" de seu ideário pela "classe dominante", para que ela pudesse manter a hegemonia no bloco histórico, o alvo ainda é o Estado. Enquanto instância do consenso, a sociedade civil é Estado e, por isso, em alguns momentos ela se antagoniza ou dialoga consigo mesma. Coloca-se, assim, a necessidade de procurarmos dinamizar as análises que ao conferirem importância à apropriação ou cooptação de mecanismos ideológicos ou de integrantes dos movimentos sociais pela sociedade política, também tentem perceber a dimensão da conquista de posições no bloco histórico.⁶

Além disso, se considerarmos que "toda relação de 'hegemonia' é necessariamente uma relação pedagógica"⁷, deve ser relativizada a afirmação de que são poucos os estudos que se detiveram em analisar a interface entre ciências sociais e educação. Esse entendimento só se justificaria se se reclamassem para a área da Educação uma especificidade de difícil comprovação, a não ser que o foco de análise recasse sobre os movimentos que lutam pela escola enquanto instituição formal. Porém, isso poderia levar ao desconhecimento do processo de constituição de muitos movimentos que, entre outras, têm a escola como uma de suas reivindicações. Isso não significa que não sejam possíveis recortes nos estudos, privilegiando este ou aquele aspecto da temática. Esse tipo de raciocínio também contraria a tendência de se romper com as linhas demarcatórias, impostas pela especialização do saber, ou, em outros termos, com a proposta de que seja privilegiada a realização de estudos "interdisciplinares",



objeto de debates nos meios acadêmicos.

Os movimentos sociais que se organizam ao nível da sociedade civil são caracterizados pela fragmentação e pela diferença, tanto interna, como externamente. Dados empíricos atestam que muitos não possuem a marca distintiva de classe, quando pensada nos termos das chamadas classes fundamentais. Mesmo porque não é privilégio desta ou daquela "classe" constituir organizações coletivas que visem o atendimento de suas demandas, às vezes, não específicas. Afinal, a sociedade civil expressa de maneira mediatisada, através de várias instituições, as contradições da base material que é terreno comum de luta das classes sociais. Por isso, *há que se pensar na existência de reivindicações comuns*. Por essa razão, esses movimentos espraiam-se por um gradiente ideológico fluido que não lhes confere, nesse momento, potencial revolucionário. É a experiência compartilhada da discriminação, da injustiça, do não atendimento de necessidades básicas ou supérfluas, dependendo do lugar de referência de que se fala, que lhes fornece a identidade. É o discurso da igualdade democrática que lhes confere legitimidade. E esse aprendizado não pode ser negligenciado.

Porém, não se pode esquecer que esse espaço de circulação de ideologias é controlado hegemonicamente pelos detentores dos meios de produção. E "ser ou não ser" é questão que faz a diferença fundamental. Pensar prática e teoricamente sobre essa complexidade, inclusi-

ve para apontar pistas de táticas políticas, exige um esforço intelectual sério e consequente. A crítica histórica radical, parece-nos um bom caminho para essa reflexão. Isso porque, se as noções de identidade e democracia transformam-se historicamente, não vemos motivos para não conferir caráter histórico aos movimentos sociais. Poderão superar suas diferenças e especificidades? Superarão o momento da *catarsis*?⁸

Em decorrência da multiplicidade e diversidade dos movimentos sociais, parece-nos possível supor que não tenham o mesmo ritmo de desenvolvimento. Assim, uns, mais do que outros, podem estar avançando para um patamar reivindicatório qualitativamente diferente, tocando os princípios básicos da organização societária. E, mais uma vez, ao atentarmos para o caráter de classe desses movimentos, valeria a pena ter em mente o processo de formação dos intelectuais orgânicos, traçado em linhas gerais por Gramsci, em que os intelectuais da "classe dominante", podem ser atraídos para um compromisso com a concepção de mundo das "classes dominadas"⁹. As organizações não governamentais - ONG's - podem ser expressão desse processo, o que acentua a importância dos movimentos sociais e suas diversas conformações como objeto de análise das ciências humanas. Também parece ser recolocado, em bases mais sólidas, menos otimistas ou idealizadas, o projeto da utopia.

Mas os problemas não se reduzem a reflexão

sobre a pertinência deste ou daquele conceito de Estado e dos desdobramentos daí decorrentes. Como dissemos, apenas o conhecimento da instância superestrutural não é capaz de suprir a compreensão do modo de produção capitalista.

ta, transformado e transformado. A dificuldade de apreensão do particular, ou seja, da fase atual da sociedade capitalista, sobretudo de suas características infraestruturais, parece ser o maior obstáculo a ser vencido.

O desafio

O processo cada vez mais acentuado de concentração dos meios de produção que caracteriza capitalismo desde os seus primórdios, bem como o controle econômico do capital financeiro, proveniente da fusão do capital industrial e bancário, permite-nos atestar a transição, já em fins do século XIX, para a sua fase monopolista, ao nível mundial.

Na perspectiva marxista, as contribuições mais importantes circunscrevem-se a abordagens datadas no primeiro terço do século XX. É o caso, especialmente, dos trabalhos de Lênin. Porém, tudo indica que, a falta de entendimento do método proposto por Marx impedi o avanço das formulações teóricas a partir dessas abordagens leninistas e a crítica a elas, fruto de uma avaliação a-histórica.

Afirma-se que a fase monopolista é caracterizada, tendencialmente, pelo aumento do parasitismo e pela intervenção crescente do Estado que busca aliviar tensões, ante do avanço tecnológico a por em xeque a exploração da força de trabalho, sob a qual o capitalismo se mantém. No entanto, as idéias sobre o capitalismo atual são pouco sistematizadas e não compõem, ainda, um *corpus* teórico capaz de

dar sustentação às análises nessa perspectiva. Segundo Marilena Chauí, os intelectuais brasileiros, quando sérios, não se sentem "*em condições de apresentar uma análise completa do modo de produção capitalista seja para os centros hegemônicos, seja para o Brasil. Estudos esparsos e isolados, enfatizando cada qual um aspecto do capitalismo, ainda não nos permitem conhecê-lo como foi conhecido no século 19 e após a Segunda Guerra*".¹⁰

Ante as exigências do paradigma marxista, as análises que negligenciam as características atuais do capitalismo nascem "capengas". Essa afirmativa pode parecer estranha ante a proposta inicial de "defesa" dessa perspectiva teórica. Contudo, entendemos que seja apenas um limite que, de modo algum, a descredencia como referencial válido. Queremos crer que sejam dificuldades conjunturais mas que se colocam como um arrefrescante e inovador ante o marasmo dogmático a que legaram esse paradigma durante tantos anos. Os recentes acontecimentos do Leste europeu exemplificam bem a derrota da elaboração mecanicista, mesmo que se afirme representarem a morte definitiva de Marx.

Considerações finais

O colapso do "socialismo real" provocou o desalento e a sensação de perda que têm, inclusive, levado alguns a jogarem fora não só a água da bacia com a criança junto, mas a bacia também. Questiona-se Marx, abomina-se Lênin e nega-se a própria ciência da história. Ao que parece, é a não compreensão do que propõe a ciência da história que tem estimulado

discussões, muitas vezes, destituídas de sentido. Isso porque essa perspectiva parte justamente do reconhecimento de que são históricos toda ação e conhecimento produzidos pelos homens. Portanto, ação e reflexão transformadoras e que se transformam.

Dizer que Marx, Lênin e mesmo Gramsci são produtos de outras épocas é óbvio. Eles sabiam



que não poderiam ser "eternos" e aventar essa possibilidade seria subestimá-los, interpretá-los equivocadamente. Contudo, enquanto o capitalismo for capitalismo, é evidente que categorias de análise construídas por Marx para a sua compreensão no século XIX são, ainda hoje, indispensáveis para o entendimento da sociedade, sob o mesmo modo de produção. De outra maneira, como entender a história como um processo?

A análise concreta da realidade exige que sejam desenvolvidos outros aspectos da questão revolucionária. Estratégia e tática devem ser pensadas de acordo com características peculiares de cada país, para alcançar o poder. É a partir do conhecimento dessas realidades singulares, elas próprias expressões da universalidade do modo de produção capitalista, que podem ser concebidas ações práticas e teóricas consequentes.

Hoje, quando Marx, Lênin, Gramsci, entre outros, são colocados no "banco dos réus", sem que lhes seja assegurado um "julgamento justo", isto é, histórico, é porque, arbitrariamente, ou por conta da riqueza de suas formulações, foram escolhidos como responsáveis pelos equívocos de muitos daqueles que se escudaram apenas em suas palavras.

A compreensão do paradigma marxista como processo continuamente transformado das relações dos homens com a natureza e com

outros homens, permite a superação desses "mal-entendidos". Nessa perspectiva teórica, *por princípio*, não há prática consequentemente revolucionária sem teoria e as exigências históricas, em constante transformação, reclamam pela adequação tanto dessa prática quanto da teoria. Naturalmente, essas transformações progressivas levam a uma crescente complexidade dos problemas a enfrentar antes, durante e depois de uma ação revolucionária.

A partir dessas considerações, há que se refletir sobre as consequências provocadas pelo distanciamento entre teoria e prática, sobre a atitude de "contemplação" dos marxólogos ante o conhecimento produzido por Marx, Lênin, Gramsci, sobre o "praticismo" que, sistematicamente, tem marcado as experiências dos partidos e organizações populares, sobre as tentativas de cristalização da história, procurando levar à inércia o que é dinâmico. A tarefa de construção de uma sociedade socialista é das mais pesadas e reclama por uma paciência incomum. O esforço intelectual a ser empenhado para a compreensão desse momento histórico é grande, sem o que qualquer ação pode tornar-se inócuia, pois, espontaneísta. Novas exigências históricas demandam reconsiderações táticas e apontam um caminho que deve ser perseguido de maneira crítica. Mas é um caminho não totalmente aberto que, mais dia, menos dia, deverá ser explorado. Isso sem

se que busquem pseudo-culpados, sem que se anuncie a morte do "velho" que não morreu mas é condição do "novo". Sem que se fique a chorar sobre o passado ou pelo "leite derramado".

Para finalizar, nada mais oportuno do que as indagações de Gramsci sobre essa questão: "quantas vezes não se falou de 'crise' da

filosofia da práxis? E que significa esta crise permanente? Não significará, por acaso, a própria vida, que se procede através de negações?"¹¹.

ANA LÚCIA VALENTE é doutora em Antropologia Social pela USP. Professora adjunta do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UFMS ministra a disciplina "Educação e Movimentos Sociais" no Curso de Mestrado em Educação.

Notas

- 1 Trabalho apresentado, em sua primeira versão, ao GT - Movimentos sociais e Educação, na 16a. reunião da ANPEd, realizada em Caxambú, setembro de 1993.
- 2 GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989, p. 152.
- 3 RIBEIRO, Ana Clara T. *Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática*. *Ciências Sociais hoje*, 1991, São Paulo: Vértice /ANPOCS, 1991. p. 96
- 4 Ruth Cardosos encaminha uma crítica bastante pertinente e que, em algumas questões de fundo, coincide com a nossa. Aqui, no entanto, pretendemos encaminhar o debate proposto sobre a avaliação e perspectivas do paradigma marxista. De qualquer maneira, parece valer a pena repetir, em outros termos, apontando inclusive para novas implicações, os problemas encontrados na produção sobre movimentos sociais e que não foram superados. Ver: CARDOSO, Ruth. *Movimentos sociais urbanos: balanço crítico*. In: ALMEIDA & SORJ(orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
_____. *Movimentos sociais na América Latina*. *Revista de Ciências Sociais*, São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1987.
- 5 Utilizamos, aqui, as expressões classes dominadas e classe dominante entre aspas, com o objetivo de chamar a atenção para o fato de que as características das classes sociais, sob o capitalismo monopolista e os contornos singulares que assume no Brasil, ainda não mereceram um tratamento teórico adequado. O certo é que não parece ser mais possível trabalhar nos termos das classes fundamentais. Afinal, é de se esperar que não encontremos mais o burguês e o proletariado "clássicos". Vale lembrar que são conceitos utilizados nos estudos sobre movimentos sociais e que pecam pela imprecisão, já denunciada por vários autores.
- 6 Segundo Gramsci, em países nos quais a sociedade civil organiza-se de maneira complexa, é preciso empreender uma guerra de posição, ocupando-se "trincheiras" no Estado. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 7 ed., Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989.
- 7 GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Op. cit. p. 37.
- 8 Para Gramsci, a expressão *catarsis* indica "a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens". GRAMSCI, Antonio. id. ibid. p. 53.
- 9 Ver: GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4 ed., Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.
- 10 CHAUÍ, Marilena. De alianças, atrasos e intelectuais. *Folha de São Paulo - Mais!*, 24 de abril de 1994.
- 11 GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Op. cit. p. 255.

Bibliografia

- ALVES, Gilberto Luiz. *Teses acerca da produção material da escola burguesa contemporânea (apontamentos preliminares)*. Campo Grande/MS, 1992. (texto xerocopiado).
- _____. As funções da escola pública de educação geram sob o imperialismo. *Revista Novos Rumos* 16. São Paulo: Novos Rumos, 1990.
- CAMPOS, Maria Malta. As lutas sociais e a educação. SEVERINO, A., MARTINS, J. e outros. *Sociedade civil e educação*. Campinas: Papirus; São Paulo: ANDE: ANPEd, 1992.
- CARDOSO, Ruth. *Movimentos sociais urbanos: balanço crítico*. In: SORJ & ALMEIDA (orgs.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
_____. *Movimentos sociais na América Latina*. *Revista de Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez/ ANPOCS, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. De alianças, atrasos e intelectuais. *Folha de São Paulo - Mais!*, 24 de abril de 1994.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989.
_____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1989.
_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.
- KOWARICK, Lúcio. *Movimentos urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura*. *Revista de Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1987.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro 1, vols. I e II, 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.
- RIBEIRO, Ana Clara T. *Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90*. *Ciências Sociais hoje*, 1991. São Paulo: Vértice/ANPOCS, 1991.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988